

PT Comunicações, S.A. - Certificação das margens de exploração dos serviços fixo de telex e telegráfico, apuradas no exercício de 2014

SÍNTESE DE RESULTADOS

1. A auditoria abrangeu o mês de janeiro de 2014 (último período deste modelo de compensação financeira) e teve como finalidade certificar os valores das margens de exploração apresentadas pela PT Comunicações, S.A. (PTC), na qualidade de concessionária, relativas aos serviços fixo de telex e telegráfico. De acordo com o exame efetuado e o exercício do procedimento de contraditório, as principais conclusões foram, em síntese, as seguintes:

1.1. As margens de exploração negativas dos serviços fixo de telex e telegráfico são objeto de compensação financeira anual do Estado, correspondendo à diferença, quando negativa, apurada entre os resultados positivos e negativos dos serviços fixo de telex e telegráfico.

O Estado suporta as margens de exploração negativas dos serviços fixo de telex e telegráfico.

1.2. Os valores apresentados pela PTC foram objeto de correções propostas pela Inspeção-Geral de Finanças, nomeadamente no que se refere a gastos com amortizações e custos de capital, decorrentes das reavaliações livres de edifícios e da rede de condutas.

Correções aos valores apresentados pela concessionária.

1.3. A compensação a suportar pelo Estado, relativa ao mês de janeiro de 2014, foi certificada pela IGF em 8,2 mil euros, inferior em 1,5 mil euros ao valor apresentado pela PTC.

Compensação financeira do Estado certificada pela IGF, em 8,2 mil euros.

2. As principais recomendações foram as seguintes:

2.1. À PTC, atualmente MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.

Não incluir, no âmbito da contabilidade analítica, os efeitos resultantes de processos de reavaliações livres de ativos, bem como adotar critérios uniformes e aplicá-los de forma coerente e permanente, com o objetivo de salvaguardar a transparência e as regras da sã concorrência.

Adoção de procedimentos que salvaguardem a transparência do modelo de custeio.

2.2. À Autoridade Nacional de Comunicações

Definir orientações por forma a salvaguardar a transparência nos custos alocados ao modelo de custeio e ao modelo remuneratório associado.